

Acerto na economia — agora é dar agilidade à execução do programa

17 ABR 1992

Márcio Garcia Vilela *

Aparentemente, o programa de estabilização econômica, sob a responsabilidade do ministro Marcílio Marques Moreira, passa, ultimamente, por zona de intensa turbulência, o que, aliás, era previsto.

De um lado, os políticos começam a movimentar-se contra as taxas de juro, que supõem insuportavelmente altas e, portanto, impróprias do ponto de vista popular. Pior ainda: a recessão impõe sacrifícios eleitorais indesejáveis aos que apóiam o governo em ano de eleições municipais.

De outro lado, empresários querem o congelamento de preços com a retomada do crescimento, ainda que prematura e jogando por terra todos os penosos esforços feitos até agora. Os trabalhadores — bem mais comportados, diga-se de passagem —, se não pressionam excessivamente por aumentos salariais, querem garantias de emprego. E, finalmente, economistas — alguns de altíssima respeitabilidade — começam a sugerir novos ingredientes para derrubar a inflação, infelizmente ainda estacionada nos perigosos patamares de 23 a 25% ao mês, o que — convenhamos — é absolutamente inaceitável.

O que está acontecendo? Falta-lhe, de fato, alguma âncora nominal, como, por exemplo, fixar a taxa de câmbio? Ou de desindexar pela indexação geral, utilizando-se o dólar como indexador? Ou quem sabe estabelecer logo a conversibilidade, nos moldes do Plano Cavallo?

Penso que vale a pena, nessa travessia angustiante que estamos suportando, lembrar, mais uma vez, o trabalho feito por Thomas Sargent, "The ends of four big inflations". Acredito que dele se podem retirar algumas lições importantes, talvez sem as quais não se conseguirá atingir o objetivo da estabilidade econômica.

A primeira, acho eu, é perseverar, com paciência evangélica e crença religiosa — sobretudo para contaminar o raciocínio dos agentes econômicos —, nas medidas de ajuste estrutural, mormente as de natureza fiscal, a fim de que a política monetária ganhe indispensável reforço na sua linha de austeridade.

Há fortes indicações de que, sem profunda mudança no regime da política fiscal, duradoura e sólida, acompanhada de novo regime monetário, lastreado num Banco Central independente, não se consegue pôr termo a processos inflacionários que, no caso brasileiro, de há muito se transformaram em hiperinflação latente. Parece certo que, ficando claramente explícito que o governo não usará o Banco Central para socorrer suas finanças desorganizadas, o nível de preços e a taxa de câmbio se estabilizam. Não há mágica, não há nenhum artifício nesta receita simples, porém difícil, de ser aviada e ministrada. Trata-se, no fundo e ao ca-

bo, de uma questão de gerência apropriada de finanças públicas, cuja reestruturação é fator primordial para restabelecer a confiança na moeda, especialmente em relação à experiência brasileira, na qual se excederam, em talento e competência, para dilapidá-la e destruí-la.

Veja-se a mais recente manifestação do ministro Domingo Cavallo, publicada na *Gazeta Mercantil*, na qual afirma que "a política fiscal e monetária é que assegura a estabilidade da moeda", advertindo que, se "a inflação for superior ou se a balança comercial cair, tenham certeza de que ajustaremos esta realidade à meta fiscal".

Na mesma linha a convicção de John Williamson ("Inflation and indexation — Argentina, Brasil e Israel"), que não vê saída senão através de disciplina fiscal contínua, banco central independente, com a responsabilidade precipua de manter estabilidade de preços, e a determinação da sociedade de resistir a movimentos irrealistas de aumentos salariais. Isto estabelecido, aí sim, seria oportuno cuidar de lançar alguma âncora nominal, após obtida a estabilização inicial, que, segundo sugere Stanley, poderia ser fixar a taxa de câmbio, permitindo o ajuste passivo dos agregados monetários, ou cumprir metas rigorosas de crescimento de alguns agregados monetários relevantes, aceitando as consequências na taxa de câmbio.

De qualquer sorte, não se deve pensar em colocar o carro na frente dos bois. Sem substancial reforma fiscal, que assegure o prolongamento no tempo de orçamentos equilibrados; sem uma forte autoridade monetária (veja-se, a propósito, o exemplo da Nova Zelândia), cujo compromisso definitivo é ser o defensor, não o alvo, da moeda; sem tranquilidade na frente externa, tendo o Brasil novamente como participante da comunidade financeira internacional, de um lado, e, de outro, volume confortável e suficiente de reservas cambiais para garantir estabilidade contra corridas eventuais, não há âncora nominal que resista. Acabarão todas desmoralizadas, e a nação sofrerá cada vez mais até chegar a algum ponto em que, por intolerável, a situação se torne sem controle.

Como um país não acaba — acabamos nós, diria o conselheiro Acácio —, só restará a alternativa dos horrores do ajuste compulsório, que Cagan tão bem já descreveu.

Acho que o ministro da Economia está certo. Para tudo existe um método, no qual a seqüência das medidas é crucial. Não adianta abrir atalhos. O que adianta — e muitíssimo — é dar agilidade ao ritmo da seqüência. No nosso caso, então, queimar etapas — o que não significa precipitação —, com indispensável apoio político para aprovação de providências tão prontas quanto imediatas, é oferecer respaldo a uma caminhada dura, porém sem rumos alternativos.

O professor Mário Henrique Simonsen, com a autoridade que o dispensa desse tipo de afirmação, acha que a inflação brasileira,

Gazeta Mercantil

de querer inventar a pólvora. É preciso estimular o governo a prosseguir, insistir, aprofundar, seguir em frente. Não dá para ficar na metade desta dolorosa viagem, aliviando-a, tanto quanto possível, com medidas sociais compensatórias e instrumentos contraciclicos.

Este trem certamente não será o último; porém, deixá-lo descarrilar será tragédia cujas dimensões nossa imaginação não consegue mensurar.

* Ex-secretário da Fazenda de Minas Gerais. Sócio-diretor da Tendência Consultoria.